

VIOLÊNCIA CONJUGAL: OS RICOS TAMBÉM BATEM

CONJUGAL VIOLENCE: THE RICH ALSO FIGHTING

Tânia Rocha Andrade Cunha¹

Recebido para publicação em 03/11/2007

Aceito para publicação em 28/03/2008

RESUMO

A Violência de Gênero, como uma das formas mais nefastas de desrespeito aos direitos humanos, apresenta especificidades. Uma delas é a violência conjugal, modalidade de violência doméstica que ocorre entre os cônjuges no espaço da intimidade. De natureza privada, este tipo de violência constitui um poderoso mecanismo de controle social. Considerando a escassez de estudos sobre a violência conjugal contra mulheres de camadas médias e alta, procuramos neste trabalho comprovar as seguintes hipóteses: a violência sofrida pelas mulheres de maior poder aquisitivo está relacionada diretamente à ideologia da supremacia masculina, que assegura ao homem tanto o controle sobre os direitos da mulher quanto o controle sobre o patrimônio do casal; a tolerância das mulheres, quanto à violência praticada por seus parceiros não significa consentimento, elas, no convívio permanente com tal situação acabam por desenvolver estratégias de reação e convivência com a violência. A partir destas afirmações, tentamos decifrar a complexa teia das relações conjugais, por meio de análise de entrevistas semidirigidas e, a partir daí, encontrar explicações para a permanência de mulheres/vítimas em relações conjugais violentas e suas formas de resistência.

Palavras-chave: Violência, Gênero, Mulher.

ABSTRACT

The Violence of Gender, as one of the most damaging forms of disrespect for human rights, presented specifics. One is the conjugal violence, mode of domestic violence that occurs between spouses in the space of intimacy. In private nature, this type of violence is a powerful mechanism for social control. Considering the lack of studies on conjugal violence against women of medium and high social classes, in this work we tried to demonstrate the following assumptions: the violence suffered by women of higher purchasing power is directly related to the ideology of male supremacy, which ensures both the human control over women's rights as well as

¹ Professora do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas - DFCH, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. Doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP. rochandrade@uol.com.br

the control over the assets of the spouses. The tolerance of women, as to violence by their partners does not mean consent; they in the permanent conviviality with this situation end up with this response and develop strategies for coping with violence. From these statements, we tried to decipher the complex web of marriage relationships, by analysis of semi-controlled interviews and, from this point on, to find explanations for the permanence of women/victims in violent conjugal relations and their forms of resistance.

Key words: Violence, Gender, Women

Introdução

A violência conjugal contra mulheres é a expressão do desejo que o homem tem de controlar e dominar a parceira. Ela acontece, na maioria das vezes, quando o agressor percebe que já não consegue mais exercer o seu domínio sobre a parceira. Assim, a violência conjugal contra mulheres das camadas médias e alta, constitui o objeto deste trabalho.

A violência conjugal é uma modalidade específica de violência de gênero, portanto, doméstica, que ocorre entre os cônjuges em uma relação de intimidade, ou seja, qualquer relacionamento afetivo que se mantenha ou tenha sido desfeito, com duração acima de um ano de convivência na mesma unidade domiciliar.

É grande a probabilidade dessa forma de violência rotinizar-se, tendo em vista que ela se projeta no espaço das relações de intimidade, entre pessoas que integram ou integravam a mesma unidade de convivência. A violência conjugal não discrimina lugar, idade, religião, nível de escolaridade ou camada social. Ela envolve atos repetitivos, que vão se agravando, em frequência e intensidade, como coerção, cerceamento, humilhação, desqualificação, agressões físicas e sexuais, ameaças e até mesmo a morte. Além do medo permanente, esse tipo de violência pode resultar em danos físicos e psicológicos duradouros.

Na estrutura familiar predominante na sociedade ocidental (família patriarcal), o pai é a cabeça da família e, portanto, lhe é atribuído o direito de aplicar as medidas que considere necessárias para preservar e reforçar sua autoridade sobre a esposa e filhos e manter a unidade familiar, fundamentada no medo. Nesta estrutura, a mulher ocupa um papel secundário, já que na maior parte dos casos, depende economicamente de seu companheiro. Esse tipo de estrutura familiar

autoritária e patriarcal facilita a presença da violência doméstica, especialmente a conjugal, como um fenômeno sócio-culturalmente tolerado pela sociedade.

A partir da Constituição Federal (CF), de 1988, homens e mulheres, passaram a ser considerados iguais perante a Lei. As mulheres são capazes de exercer as mesmas atividades desempenhadas por homens, nada as diferenciando, em princípio, sob o ponto de vista legal. Todavia, essa legalidade nem sempre é reconhecida como legítima, permanecendo a violência que se pratica contra mulheres, enraizada nas tradições sócio-culturais dos povos.

Da metodologia

As mulheres das camadas médias e alta não costumam denunciar a violência que sofrem, portanto, é quase inexistente o registro de violência contra essas mulheres. Consciente dos obstáculos que seriam enfrentados para encontrar mulheres dispostas a revelar aspectos íntimos da sua vida conjugal, uma vez que elas não costumam denunciar a violência que sofrem, solicitamos a amigos e conhecidos a indicação de mulheres que viveram ou viviam relações violentas e, a partir daí, fizemos entrevistas.

Para a coleta dos dados empíricos, privilegamos a técnica qualitativa da entrevista semi-estruturada, com um roteiro previamente estabelecido. Utilizamos este recurso por compreender que, por meio dele, haveria garantia relativa de maior objetividade. Destarte, a função do roteiro foi facilitar a conversa e não restringi-la, procurando assim, escapar à rigidez da metodologia, muitas vezes, utilizada como uma camisa de força. Realizamos dezessete entrevistas com duração em torno de duas horas e meia.

Feitas essas considerações, a questão angular que buscamos compreender neste trabalho é: **por que muitas mulheres não rompem com os parceiros violentos, ainda que elas pertençam às camadas médias e alta, tenham escolaridade média ou superior e condição financeira que possa assegurar sua sobrevivência e a de seus filhos?** Ou, dito de outro modo, por que muitas mulheres esperam tanto tempo para tomar a decisão de romper a relação com o parceiro violento?

Procurando responder a essa(s) questão(es), levantamos e tentamos comprovar as hipóteses: A violência sofrida pelas mulheres está relacionada diretamente à ideologia da supremacia masculina, que assegura ao homem tanto o controle sobre os direitos da mulher quanto o controle sobre o patrimônio do casal; A dependência emocional é a principal razão para que muitas mulheres das camadas médias e alta, que sofrem violência conjugal, permaneçam com os companheiros violentos ou demorem de romper os laços afetivos.

Sem a pretensão de dar conta de toda a abrangência desse campo, e de querer dar receitas para uma relação conjugal estável, discutimos postulados teóricos que fazem parte do debate acadêmico brasileiro sobre a violência de gênero, na tentativa de compreendermos as razões que levam muitas mulheres a permanecer com parceiros violentos. Entre os postulados referidos, destacamos as concepções postuladas por Saffioti, Foucault, e outros autores que mobilizamos para discutir questões relacionadas ao tema da violência.

Neste trabalho, foram consideradas mulheres de camadas médias e alta, tanto aquelas mulheres com renda em torno de quarenta (40) salários mínimos quanto aquelas com renda em torno de oito (8) salários mínimos, mas que pertenciam a famílias tradicionais, que gozavam de respeito e status na comunidade; foram ou estão casadas com alguém de respeito, posição social, e nível de renda considerado alto para os padrões da sociedade local e mulheres com nível superior etc.

Esse estudo foi realizado em Vitória da Conquista, cidade de porte médio, localizada no Sudoeste da Bahia e um dos maiores e mais populosos municípios do Estado, que só a partir de 13 de agosto de 2002

implantou uma Delegacia Especial de Atendimento à Mulher.

Considerando, pois, que a violência doméstica, mais especificamente, a violência conjugal constitui um dos mais graves problemas sociais e que é um fenômeno que merece ser compreendido, resolvemos tomá-lo como objeto de estudo.

Violência doméstica

De acordo com Saffioti (1999b, 2001, 2002), a violência doméstica, que também costuma ser chamada de violência familiar, embora ocorra predominantemente na residência, acontece também em outros espaços como a rua, bares, local de trabalho da vítima etc. Essa forma de violência apresenta pontos de sobreposição com a intrafamiliar, contudo, ela é mais ampla, pois atinge pessoas que, mesmo não pertencendo à família, vivem, parcial ou integralmente, no domicílio do agressor, como é o caso de agregados, empregadas(os) domésticas(os), afilhadas (os) etc.

A violência doméstica, ao ter como alvo principal mulheres e crianças indica que a residência constitui um lugar extremamente ameaçador e perigoso para essas categorias. É no âmbito deste espaço que acontecem as mais terríveis humilhações, agressões físicas e sexuais, graças à posição de inferioridade de mulheres e crianças em relação ao homem.

Apesar de a violência doméstica não especificar o vetor da agressão, os dados comprovam que a violência doméstica é predominantemente perpetrada por homens. O que não quer dizer que a mulher também não a pratique. “O poder, assim como todo e qualquer fenômeno social, não é processo de mão única, mas fruto da interação social.” Segundo dados da pesquisa: “Violência Doméstica: questão de polícia e da sociedade”, as mulheres comparecem com apenas 1% das agressões praticadas contra seus parceiros (SAFFIOTI, 2002, p.323-325).

Tratando de violência doméstica, Bach e Goldberg (1978:47) ressaltam:

Não é de se espantar que o grau de violência doméstica seja tão elevado. Ninguém pode ser mais capaz de

enfurecer um outro do que um íntimo que seja ao mesmo tempo uma fonte dos nossos maiores prazeres e de nossas maiores frustrações e dores [...].

Embora se reconheça que a violência ocorre entre os dois pólos da relação, seja ela heterossexual ou homossexual, tratamos aqui, apenas da violência praticada por homens contra mulheres, no âmbito da relação conjugal.

Violência conjugal

Quando falamos de violência conjugal não estamos tratando apenas de maus-tratos físicos, mas também de outras formas de agressão menos visíveis, porém, não menos nocivas, como a tortura psicológica e moral e a violência sexual.

A violência conjugal constitui elemento fundamental para enquadrar as mulheres no ordenamento social hegemônico de gênero. Conforme a perspectiva feminista, essa forma de violência é uma faceta de um problema social mais grave, que é a violência de homens contra mulheres na sociedade e a subalternidade em que a divisão social do trabalho tem colocado as mulheres, em termos salariais, na educação dos filhos, nos direitos, entre outros, o que tem levado o sistema da justiça criminal e a opinião pública a tolerarem esta situação. Sob esta perspectiva, o cerne da questão está, fundamentalmente, nas estruturas sociais que encorajam e perpetuam a dominação dos homens sobre as mulheres como causa primeira de violência conjugal.

Um lar que deveria ser o *locus* privilegiado da construção da família, favorecendo o desenvolvimento psicológico e emocional de seus membros, ao tornar-se violento, deixa de ser para muitos, o ninho de amor que promoveria o acolhimento, o conforto, a confiança e o afeto.

Os ricos também batem

As poucas publicações sobre o fenômeno da violência doméstica, no Brasil, estão concentradas nas camadas menos favorecidas, o que significa que há uma enorme carência de dados sobre este tipo de violência nas camadas mais abastadas.

A partir desta constatação, alguns mitos vêm sendo desacreditados, como imputar a gênese da violência doméstica unicamente à pobreza. Experiências do dia-a-dia têm comprovado a ineficiência e a não veracidade dessas pressuposições. Evidentemente, as enormes desigualdades sociais geradas por políticas econômicas e sociais voltadas para os interesses de uma minoria privilegiada constituem um campo propício às suas constituição e legitimação. Porém, hoje, parece não haver dúvidas de que a violência é um fenômeno democraticamente distribuído (SAFFIOTI e ALMEIDA, 1995).

Pouco se estuda e pouco se conhece, ainda, a respeito da violência conjugal no seio das camadas médias e alta. O que não quer dizer que pessoas ou os casais dessas camadas não pratiquem violências. Significa, apenas, que os envolvidos preferem manter silêncio. Os meios de comunicação divulgam, de vez em quando, situações de violência envolvendo casais de camadas médias e alta, mas sabe-se que são poucos os casos que chegam ao conhecimento público e às delegacias.

Langley e Levy (1980, p.71) afirmam que, embora convencionalmente o agressor de mulheres seja definido como um “tipo de classe baixa, de camiseta e o copo de cerveja na mão”, as pesquisas têm demonstrado que os espancadores de esposas são apresentados em “todos os tamanhos, formas e cores, e habitam os dois lados do muro”.

O fenômeno da violência não é ‘privilégio’ apenas das mulheres de baixa renda ou de menor nível de escolaridade. Esta idéia é bastante difundida na sociedade, por puro preconceito. Pode-se, todavia, presumir que sua incidência seja efetivamente maior dentre os pobres, em virtude do estresse provocado por precárias condições de existência, derivadas de baixos salários, desemprego temporário e desemprego de longa duração.

Para Barros (1997), a violência é concebida de modo diferenciado, dependendo do nível econômico e/ou intelectual dos sujeitos envolvidos na relação. E sobre este aspecto, Da Matta (1982) afirma que as pessoas comuns percebem e classificam a violência como uma forma de agir, como briga, agressão ou conflito, visualizando-se freqüentemente dois seres em luta, enquanto o discurso erudito concebe a violência como

“um processo que permeia o sistema, [...] um estado da sociedade”. Assim, mulheres que possuem um maior nível intelectual, apesar de também sofrerem agressões, possuem uma visão diferenciada da violência, uma vez que a educação que recebem dotam-nas de um senso mais aguçado para perceber os aspectos simbólicos, embutidos na violência de gênero (BARROS, 1997, p.198).

Mulheres pertencentes às camadas de baixo poder aquisitivo só percebem que são dominadas, quando são agredidas fisicamente. Muitas vezes, estas mulheres, mesmo reconhecendo que são tratadas como inferiores pelos seus parceiros, insistem na manutenção da relação. Vale lembrar que o casamento, ainda hoje, representa status e uma mulher separada é considerada mulher livre, representando uma ameaça às amigas casadas. O status de casada é muito valorizado, quer pelas mulheres, quer pela sociedade como um todo.

Esse comportamento é motivado por várias razões. Uma das mais importantes é a dependência econômica, contudo, a nosso ver, a dependência emocional é ainda mais relevante, já que se aloja nos substratos mais profundos da personalidade e é de difícil compreensão até mesmo pelas mulheres que a sofre, como é o caso de Amélia:

Eu nem entendo sabe? É uma coisa que eu fico assim pensando: “Meu Deus, o que que eu sou?” [risos...] Eu perguntava a mim mesma porque estava acontecendo aquilo comigo, pois, por muito menos eu via casais separados, e eu continuei assim. Eu também não queria separar enquanto os meninos estivessem em fase de formação. Mas depois ficaram adultos e eu continuei, por que? [risos...] Então, só um estudo muito profundo para descobrir (Amélia, 72 anos, 2º Grau).

A diferença existente entre os níveis econômico e intelectual das mulheres, também influencia na postura de cada uma em relação à submissão, pois, compartilhando de valores diferenciados e tendo que desempenhar distintos papéis, grande parte dessas mulheres não se reconhece como vítimas da mesma condição de opressão, entendendo-se este conceito como um processo de dominação-exploração. Aquelas que pertencem às camadas mais pobres, geralmente, reagem à violência masculina de forma explícita, deixando visível o fato de terem sofrido a agressão. Enquanto

mulheres das camadas mais altas, diferentemente, tendem a manter sigilo em torno da situação de violência em que vivem, pois para elas, as normas que vigoram em seu meio social não lhes permitem expor a vida íntima do casal, sem perda de status. Segundo Barros (1997), o meio social dessas mulheres lhes é hostil, pois os valores introjetados dificultam-lhes o enfrentamento aberto da violência conjugal.

Como essas mulheres não querem tornar público o problema que enfrentam no casamento, são capazes de esconder as provas dos maus-tratos que sofrem e de não prestarem queixa, porque se sentem presas a uma rede de convenções sociais. Suas maiores preocupações são o constrangimento social e os riscos que a publicidade poderia trazer para a carreira de seus parceiros, além de acreditarem que o status e a respeitabilidade de que eles desfrutam na comunidade possam provocar o descrédito de suas denúncias.

Diferentemente do que acontece nas famílias das camadas baixas, em que as brigas acabam chegando à polícia, a violência conjugal no seio das camadas médias e alta é velada. Dificilmente uma vítima conta para os amigos, e até mesmo, para a própria família, o que ocorre entre as quatro paredes de sua casa. Quando acontece a revelação de conflitos conjugais nesse meio, geralmente, eles vêm cercados de surpresas e incredulidades. Segundo Saffioti (1998), quando as mulheres resolvem denunciar os parceiros às autoridades, já estavam sofrendo em silêncio havia pelo menos dez anos.

Apesar de 35,5% das cerca de cem mil denúncias anuais de violência terem sido feitas por mulheres com renda entre um e dois salários mínimos, há indícios de que a violência doméstica é, proporcionalmente, superior nas camadas mais favorecidas. Entretanto, um baixíssimo número dessas mulheres concorda em falar sobre este assunto. O percentual de mulheres que denunciam o agressor é inferior a 10%, relata Peres, no artigo *A Violência Dentro de Casa*, de 1996. Suzana e Cleide fazem parte dessa minoria, embora no caso de Suzana, ela tenha preferido não levar a denúncia até o fim. Elas narram a situação:

Na realidade a primeira vez que eu procurei uma delegacia foi em Jundiá, começamos a brigar demais, eram brigas terríveis, as pessoas passavam e viam. Eu fui à delegacia por causa daquela história dele me cuspir,

puxar meu cabelo e também para desabafar. Não foi uma decisão de separar. Ele nem chegou a ser autuado. [...] Eu tinha medo de acabar o casamento. (Suzana, 37 anos, 3º Grau).

Depois que eu me separei a coisa piorou, e muito. Ele não aceitava, dizia que eu tinha que voltar por bem ou por mal. Ele me perseguia e me agredia no meio da rua. Ele arrombou a porta da casa de meus pais duas vezes. Numa delas, amarrou uma corda no carro, arrastou o portão, e seqüestrou o meu filho com apenas nove meses. Todas as agressões que havia eu dava queixa na Delegacia. [...] Ele já tinha sido preso várias vezes, mas preso em delegacia, ficava preso vinte e quatro horas, mas logo era solto (Cleide, 45 anos, 3º Grau).

Dois levantamentos realizados pelo IBGE, nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, mostram que mulheres que têm nível superior de escolaridade, casa própria e carro do ano, também sofrem ameaças, espancamentos, torturas e são, muitas vezes, estupradas pelos seus parceiros, quase todos do mesmo nível social, econômico e cultural. A pergunta que fica no ar é: onde se encontram os dados que comprovam essa assertiva? A resposta a esta questão deve estar tão bem guardada quanto as agressões sofridas pelas mulheres que pertencem a esses segmentos populacionais.

A violência nessas camadas é guardada a ‘sete chaves’, pois a hipocrisia é a marca registrada de muitos “nobres”. Considera-se que a violência no seio dessas camadas é coberta por mais requinte e sofisticação, pois além de esconderem a violência para manter a aparência, quando buscam ajuda, preferem soluções em nível privado, com medo de escândalos. E muitas mulheres que ousam enfrentar o companheiro, são punidas com a perda da conta bancária e demais benefícios.

Assim, embora existam evidências de que existe violência entre os ricos, sabe-se que ela assume formas mais sofisticadas e menos evidentes que um olho roxo e/ou um braço quebrado. Tais situações podem ser constatadas nos relatos de Ana Lúcia, Maria Luiza e Suzana:

O meu casamento, que durou dezoito anos, foi um desastre. Ele era agressivo. Muitas vezes ele chegava em casa e me achava maquiada e então [...] pegava os batons e todas as outras coisas, quebrava tudo e ainda trazia para eu ver, rasgava minhas roupas, cortava de tesoura, porque eram curtas. Quando me casei, não

pude usar as calças compridas que eu tinha porque ele não permitia. (Ana Lúcia, 53 anos, 2º Grau).

[...] Ah! ele me pirraçava porque o meu cabelinho era modesto, ralo, fino e enrolado, ele me humilhava de toda forma que podia. Elogiava a comida da casa dos outros e os cabelos lindos das mulheres [...]. Com o casamento eu adquiri uma fobia que se manifestou alguns anos mais tarde, através de medos, medos e medos. Foi preciso um tratamento para curá-la. Eu tinha medo de ficar sozinha, medo de olhar no espelho, etc. (Maria Luiza, 63 anos, 2º Grau).

[...] Ele exigia de mim submissão. Uma coisa me chocou muito, ele falou, por exemplo, que quando eu fosse pedir as coisas a ele eu tinha que chupar o pinto dele. Eu nunca ia fazer isso na minha vida, para conseguir alguma coisa, nunca! Dizia que mulher tinha que ter um jeitinho especial com o marido e fazer isso, fazer aquilo. [...]. Aquilo me chocou pra caramba! [...] (Suzana, 37 anos, 3º Grau).

As experiências vividas por Ana Lúcia e Suzana descrevem situações de violência marcadas, principalmente, pela humilhação e pelo desrespeito. Esse tipo de violência, além de diminuir a auto-estima, pode provocar terríveis distúrbios na saúde das mulheres e até jogá-las em situações nas quais o desespero pode precipitá-las a atos extremos como o homicídio, o suicídio, ou tentativas como foi o caso de Cleide:

Eu peguei uma caixa de comprimidos para dormir e tomei vários. Eu não morri porque eu dormi antes de acabar de tomar a caixa do remédio. [...] Aí, quando ele chegou, eu estava desmaiada nas almofadas, e ele me levou para o hospital [...]. Eu tomei com a intenção de morrer mesmo (Cleide, 44 anos, 3º Grau).

De acordo com Rangel (1999), as mulheres da elite, além de camuflar a violência, se calam e se protegem em suas casas, para evitar que seus conflitos ultrapassem os muros e cheguem até o espaço público. Elas precisam, antes de tudo, preservar o patrimônio e manter o status. E para que isso aconteça é necessário ‘vender’ uma imagem de que a vida do casal está indo muito bem. Os ricos podem, ainda, contratar os mais respeitados e experientes profissionais: advogados, juízes, terapeutas, entre outros, para absolvê-los das acusações. Segundo Barsted (1997), é possível que nestas camadas sociais a violência vá parar no escritório de um bom advogado civilista, em vez de um criminalista, para ser feita uma separação negociada

do casal e do patrimônio da família, sem a necessidade de acionar a justiça criminal.

Apesar do número de denúncias de violência contra mulheres ter aumentado desde a criação das delegacias especializadas, a maioria das mulheres mais abastadas ainda prefere esconder os maus-tratos e manter o silêncio, sendo consideradas, por algumas feministas, como cúmplice da violência. Maria Inês Valente, coordenadora geral das Delegacias da Mulher do Estado de São Paulo, comenta que: “nas delegacias, mais de 90% das denúncias vêm de vítimas pobres” (Marie Claire, setembro de 2000).

Saffioti e Almeida (1995) apresentam dados parciais de uma investigação realizada pela Rede Globo (Jornal da Tarde, 1/02/93) sobre a violência de gênero. Segundo a pesquisa, a cada quatro minutos, a polícia registra uma agressão física contra uma mulher no Brasil. Partindo-se do princípio, válido em todo o mundo, de que uma pequena parte da violência cometida por homens contra mulheres é denunciada, esta cifra é extraordinariamente alta. Outro dado assustador, revelado pela pesquisa, foi que 60% dos casais em que a mulher sofre violência, pertencem às camadas médias e alta. Tendo em vista que estas camadas são numericamente menores, conclui-se que nelas o índice de violência doméstica é superior ao que atinge as chamadas camadas baixas, cuja presença supera, em muito, 40% dos brasileiros.

Estes dados são significativos para se acabar com o mito de que a violência é praticada na maior parte das vezes por homens pertencentes às camadas baixas. Como afirmam as autoras, “a imagem do espancador, do homicida, do estuproador, no imaginário coletivo, corresponde ao homem pobre e, de preferência, negro” (SAFFIOTI e ALMEIDA, 1995, p.37).

Outra diferença que se pode constatar entre as agressões sofridas por mulheres de camadas médias e alta, e por mulheres das camadas baixas, está nos instrumentos que são utilizados pelos agressores. Segundo Saffioti, entre os pobres, costuma-se usar objetos como faca, enquanto que entre os ricos, bate-se mais com as mãos, e o rosto parece ser o lugar mais atingido nas brigas do casal. Esse comportamento do agressor denota que sua intenção é prejudicar a beleza, um atributo muito valorizado pela sociedade, nas mulheres (PERES, 1996). Os depoimentos de Cláudia e Juliana se encaixam bem, na descrição acima:

Uma vez eu saí de casa e fui para a casa de minha irmã, querendo me separar dele. Tivemos uma discussão antes e eu aproveitei o momento e saí correndo [...] Pelo simples fato de eu ter ido para a casa da minha irmã, ele se achou no direito de chegar lá me batendo. Quebrou meu nariz e eu fui para o hospital. [...] No hospital ele falava para as pessoas que tinha sido um acidente, que havia batido o cotovelo (Cláudia, 33 anos, 2º Grau).

Uma vez ele falou para eu pegá-lo na praça, eu fui, rodei umas três vezes e não o vi [...]. Quando ele chegou, me perguntou se eu tinha ficado aquele tempo todo na praça e fez o maior escândalo e ainda me bateu no rosto. Quando eu recebi a bofetada no rosto, na vista da minha sogra e da empregada, e saí chorando, minha sogra falou: “está vendo, é nisso que dá quem se entrega antes do casamento”. (Juliana, 45 anos, 3º Grau).

Nas camadas mais altas, o agressor é, aparentemente, um homem que está acima de qualquer suspeita. Na maior parte das vezes, a imagem que ele tem publicamente, é de uma pessoa impecável, cumpridora dos deveres, ótimo marido e ótimo pai. No seu ambiente social e de trabalho, ele goza do maior prestígio, não tem qualquer atitude violenta com os seus pares e é visto como uma figura caseira, tranqüila, etc. Situação bem diferente daquela do ambiente doméstico e da relação que mantém com a parceira, como foi relatado por Maria Luiza:

[...] Ele se preocupava com a imagem de homem de bem, e ele era um homem de bem, era correto no trabalho, diante dos amigos. Até não fazer cenas diante dos outros era para aparentar que estava tudo bem. Quando eu estava me separando, [...] eu contei para uma amiga e ela comentou com o marido, então, ele falou: “é mentira, o marido dela é a pessoa mais amável do mundo, isso que você está falando é criação dela”. [...]. Agressão física, hematomas, tudo isso ele deixou em mim (Maria Luiza, 62 anos, 2º Grau).

A assistente social Carine Toledo, chama a atenção de que “É muito freqüente que os vizinhos não acreditem nos eventuais pedidos de ajuda da mulher, porque é muito difícil associar a imagem pública do homem respeitável à do espancador”. Para a psicóloga Ruth Gheler, esses homens, do ponto de vista psicológico, são muito inseguros em relação à própria virilidade, ao papel masculino. Possessivos e ciumentos,

eles vêm as mulheres como propriedades e não suportam a idéia de perder o controle sobre as mesmas (Peres, 1996, p.37).

Trabalhando nesta direção, Saffioti (1989, 2001) argumenta que nesta ordem do gênero o homem desfruta de enormes privilégios em relação à mulher. E isto ocorre tanto pelo fato de que a sociedade legitima a falocracia, quanto pelo fato de que o homem sente a necessidade de afirmar-se. A violência que perpetra contra a mulher pode ser pensada como fruto da necessidade que ele tem de fazer parecer maior o poder de que desfruta na relação conjugal.

Violência conjugal e ambivalência

Outro aspecto da relação conjugal violenta é que ela é marcada pela ambivalência. Isto é, a imagem do parceiro violento está situada justamente no conflito entre a repulsa da violência e a afeição que a mulher continua mantendo pelo parceiro violento.

A maioria das mulheres costuma falar de homens que são ao mesmo tempo, “bons” e “maus”, parecendo não perceber que os atos de violência que são perpetrados contra elas, não são fatos isolados, mas que estão inseridos na dinâmica da relação que configura a vida do casal. O mesmo homem que desrespeita, humilha, ameaça e bate na sua companheira, é também o que afaga, sustenta, protege, é bom profissional, bom pai e bom amante, como podemos verificar nos relatos de Lourdes e Amélia:

Sem beber ele era carinhoso. Quando ele estava são, ele me procurava para fazer sexo todos os dias. Aí, a gente tinha uma boa relação, porque eu ainda gostava dele e, às vezes, a gente perdoa, não é? O amor é uma loucura, é cego. E a gente tinha um relacionamento sexual bom, prazeroso, ele são, eu gostava. (Lourdes, 55 anos, 1º Grau).

Ele bebia muito, ele tinha seus vícios, mais era muito trabalhador. O vício não empatava ele de ganhar dinheiro. Hoje, ele tem um patrimônio bom. Se não servir para mim vai servir para os filhos (Amélia, 72 anos, 2º Grau).

Essa ambivalência, presente na maior parte das relações afetivas, dificulta o enfrentamento da violência. As virtudes e qualidades do parceiro parecem ter

a finalidade de justificar as atitudes do parceiro violento e de alimentar a esperança das mulheres na mudança do parceiro. Estas características estão diretamente atreladas à sociabilidade: ao respeito que a pessoa inspira na comunidade; à sua boa reputação profissional ou ao papel que ele desempenha como bom provedor e como bom pai, a exemplo dos casos abaixo:

Ele é louco pelas filhas, eu não passo de uma peça qualquer. Nesse processo todo eu compreendi que era uma peça de família para educar e criar as filhas e para ele ter um status de homem casado. [...] (Silvia, 45 anos, 3º Grau).

Ele sempre teve muito cuidado com os filhos, apesar de fazer todas as confusões na frente dos mesmos. Quando estava lúcido ele tinha todo o cuidado com os filhos, toda proteção, mas quando estava fora de si ele não os respeitava. (Cleide, 45 anos, 3º Grau).

[...] Ele é muito inteligente, extremamente competente. Ele é um homem que desperta a admiração de uma mulher. [...] Era o protótipo do homem sério, maravilhoso, trabalhador, bem sucedido. Então, na separação, todo mundo apoiou ele e quiseram me crucificar. Como é que ela larga um homem daquele, que é maravilhoso? (Ana Lúcia, 53 anos, 2º Grau).

Por outro lado, esse mesmo homem, portador de qualidades e de comportamentos considerados socialmente sadios e bons, é também portador de características negativas, que dizem respeito a dificuldades emocionais. Algumas mulheres descrevem essas dificuldades, tomando por referência uma linguagem psicológica, definidora desses comportamentos, como resultantes de traumas, dupla personalidade, alcoolismo, etc. Essa interpretação retira a culpa do agressor e, ainda confere ao seu comportamento um caráter de impulsividade, de inconsciência, inocentando-o da responsabilidade de suas ações, como nos exemplos relatados por Maria Luiza e Cleide:

[...] Acho que meu ex-marido foi muito cedo para a Marinha, deve ter sofrido assédio sexual muito grande de homens, porque eu não acredito que o seu comportamento fosse normal. [...] Ele era sozinho, bonito e jovem. [...] Eu deduzo que muito do comportamento dele tenha sido consequência da sua passagem pela Marinha (Maria Luiza, 63 anos, 2º Grau).

Meu marido quando estava lúcido era uma pessoa muito boa, muito atenciosa. Não faltava nada em casa, mas

quando usava droga, ele se transformava, virava um monstro. [...]. No início eu escondia as brigas da minha família, até o ponto em que comecei a aparecer de olho roxo e inventava desculpas: “eu bati na porta do guarda-roupa, eu caí”, como muitas mulheres fazem (Cleide, 45 anos, 3º Grau).

As características positivas, bem como as negativas do homem violento, parecem proteger as mulheres das dificuldades em romper a relação violenta, ao mesmo tempo em que reafirmam na vítima, a capacidade de perdoar, de compreender e de suportar as adversidades da relação. Nesse contexto, os agressores ganham traços de vítima: doentes, descontrolados, impulsivos, perdem a cabeça, vítimas de si mesmos, etc.

Assim, a representação da violência como intrínseca à relação conjugal é outro aspecto que dificulta as rupturas, reafirmando a impotência da mulher frente à resolução do problema, pois a coloca em conflito com a ordem estabelecida. Ao fim e ao cabo, trata-se de uma forma de naturalização da violência. Se ela é natural no homem, quem é a mulher para removê-la?

A partir dos dois aspectos abordados: o envolvimento afetivo e a representação da violência como intrínseca à relação conjugal, percebemos nos relatos das mulheres que elas pareciam desejar mais que a relação pudesse ser recuperada do que romper definitivamente os laços afetivos, mesmo que, no momento de suas falas, movidas pelas lembranças amargas e pelo sentimento de raiva elas se mostrassem indignadas com o ex-parceiro. Para a maioria delas, havia sempre esperança de mudança do companheiro e, por via de consequência, da relação. O relato de Stella é ilustrativo desta situação:

Olhe, o meu ex-marido não me dava atenção, mas eu achava que ele ia melhorar. É hoje, é amanhã, hoje, amanhã. No entanto, foi indo, foi indo (choro), os meninos cresceram, e eu fui me desgostando também. Ele era muito grosso. Não aceitava o diálogo. No princípio do casamento eu cobrava muito dele, depois eu deixei de mão. Até eu me desgostei. E, sinceramente, quando me separei eu não sentia mais nada por ele (Stella, 60 anos, 2º Grau).

Assim como Stella, muitas mulheres, ao perceberem que suas relações estavam cada vez mais se deteriorando e que seus parceiros não mostravam quaisquer sinais de mudanças, tomaram a difícil decisão de romper os laços. Das mulheres entrevistadas,

treze se separaram, três continuaram casadas e uma ficou viúva. Como podemos ver, a solução encontrada pela maior parte das mulheres foi a separação, embora o tempo médio de duração destes casamentos tenha sido de dezenove anos de convivência com o parceiro violento.

Pensar na conjugalidade e no desafio que representa manter uma relação entre seres diferentes, é um exercício extremamente difícil, assim como é fazer o julgamento sobre a dor e o sofrimento que envolve uma separação, seja entre ricos ou entre pobres, especialmente, quando esse rompimento é marcado pela violência. Segundo Taube (1992), tanto no ambiente da favela organizada, quanto entre as mulheres bem situadas economicamente, constata-se a extrema frustração, o medo e a insegurança que ocorrem nos momentos dos rompimentos conjugais. Entretanto, apesar experimentarem estes sentimentos, algumas mulheres pareciam estar “nascendo de novo” e desenvolvendo uma nova identidade, livre do jugo masculino.

Considerações finais

A violência doméstica, em que pese todos os avanços conquistados pelas mulheres, apresenta um quadro estarrecedor. Seja física, psicológica ou sexual, a violência perpetrada contra a mulher pelo parceiro ou ex-parceiro é um fenômeno que acontece em todas as camadas sociais, em âmbito mundial. É um grave problema social porque diz respeito às condições nas quais se desenvolve a vida cotidiana de milhões de casais, a qualidade de suas relações e a maneira como constroem a dinâmica familiar.

O problema da violência conjugal é de caráter multifatorial já que tem muitas variáveis correlacionadas e, portanto, não podemos falar de uma única causa. Nos relatos apresentados pelas mulheres os fatores mais apontados como responsáveis pela violência são: ciúme, alcoolismo, recusa de manutenção das relações sexuais, infidelidade, drogas, desgaste da relação, dentre outros.

Apesar de as mulheres entrevistadas convivem com parceiros violentos elas desenvolviam formas de resistência a essa violência, pois como diz Foucault, (1979, p. 241): “A partir do momento em que há uma relação de poder, há sempre uma possibilidade de re-

sistência”. A forma de resistência varia de mulher para mulher. Após protelarem por muito tempo o fim da relação, a maior parte das mulheres concluiu que a separação era a única saída para resolver seus conflitos.

Embora a maioria das mulheres tenha se separado, o tempo médio de convivência com o parceiro violento foi de dezenove (19) anos. Notamos aí que mesmo vivendo relações permeadas pela violência, essas mulheres só romperam os laços após esgotar todas as possibilidades de reconstruir a relação. Duas (2) mulheres permanecem casadas com os seus agressores. Esse tempo médio de convivência nos chama a atenção, pois essas mulheres pertencem às camadas médias e alta e tem nível de escolaridade médio ou superior, o que indica que elas teriam condições para se sustentar e sustentar os filhos, ainda que não pudessem manter o mesmo padrão de vida a que estavam habituadas.

Assim, em resposta à questão que levantamos no início do texto, por que muitas mulheres esperam tanto tempo para tomar a decisão de romper a relação com o parceiro violento? Reafirmamos que a dependência emocional é a principal razão para que estas mulheres permaneçam presas aos companheiros, especialmente as mais abastadas.

REFERÊNCIAS

BARROS, Z. **Em briga de marido e mulher a D.P.M. mete a colher**: aspectos do cotidiano da Delegacia de Proteção à Mulher de Salvador, in: Bahia, análise e dados. Salvador: SEI, set. de 1997.

BARSTED, Leila L. **Metade vítimas, metade cúmplices?** A violência contra as mulheres nas relações conjugais. In: Feminino Masculino: igualdade e diferença na justiça. Porto Alegre: Sulina, 1997.

CUNHA, Tânia Rocha A. **O preço do silêncio**: violência conjugal contra mulheres das camadas médias e altas. Tese de Doutorado, PUC-SP, 2004.

FOUCAULT, M. (1976). Genealogia do Poder. In: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro. Edições Graal Ltda. 1979a.

GHELER, Ruth. **Revista Marie Claire**, Setembro de 2000, p.66-72.

LANGLEY, R. e LEVY, R. C. **Mulheres espancadas**: fenômeno invisível. S P: Hucitec, 1980.

MOREIRA, M. I. C. et al. Violência contra a Mulher na Esfera Conjugal: jogo de espelhos. In: COSTA, A. A e BRUSCHINI.

C. (orgs) **Entre a virtude e o pecado**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; 1992.

DA MATTA, Roberto. As Raízes da Violência no Brasil: reflexões de um antropólogo social. in: Benevides, M.V. et.all. **A violência brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PERES, A. A Violência Dentro de Casa. In: **Revista Claudia**, Julho de 1996.

RANGEL, Olívia. **Violência conjugal contra a mulher**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, PUC/São Paulo, 1999.

SAFFIOTI, H. B. O Estatuto Teórico da Violência de Gênero. In: SANTOS, José V. Tavares dos (org.) **Violência em tempo de globalização**. São Paulo: HUCITEC, 1999a, p.142-163.

_____. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. São Paulo em perspectiva – A Violência Disseminada, **Revista da Fundação Seade**, vol. 13, n. 4, out./dez. 1999b, p. 82-91.

_____. **Gênero e patriarcado**, São Paulo: inédito, Janeiro de 2001.

_____. Violência contra a mulher e violência doméstica. In: **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC; Ed. 34, 2002.

SAFFIOTI, H. I. B. e ALMEIDA, Suely S. de. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter Ltda. 1995.

TAUBE, Maria José de Mattos. Alianças partidas ou a dor da separação conjugal nas camadas populares. In: **Amor, casamento, separação: a falência de um mito**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

VALENTE, Maria Inês. **Revista Marie Claire**, Setembro de 2000, p 66-72.